



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“CMPCD”

FRANCA

Ao primeiro dia do mês de outubro de 2013, às nove horas na sede da SEDAS – Av. Champagnat, 1750 – Centro, teve início a segunda reunião ordinária do CMPCD. A Assistente Social Mariangela, Assessora dos Conselhos Municipais da SEDAS, fez a verificação do quórum de um terço e iniciou o registro das presenças dos Conselheiros. Entregou aos Conselheiros presentes, o calendário das reuniões do CMPCD, do COMUTI, do CMAS e do Conselho de Saúde, para que os Conselheiros, havendo interesse e disponibilidade, possam participar das reuniões dos demais Colegiados. Inclusive reforçou a interrelação de assuntos e demandas entre os mesmos. *Por sugestão, vai obter a agenda de reunião do CMDCAF e repassar ao Colegiado na próxima reunião.* Propôs a apresentação de Conselheiros e convidados presentes à reunião do PCD, pela primeira vez. Aproveitou e fez a apresentação da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, com Assessoria Técnica pela Mariangela e Apoio Administrativo pela Estagiária Gilda, aos seguintes Conselhos: Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência - CMPCD, Conselho Municipal da Pessoa Idosa - COMUTI, Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - COMDECON, Conselho Municipal da Juventude - CMJ e Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF, este inativo, por enquanto. Em seguida apresentou as justificativas recebidas de Conselheiros que estarão ausentes nesta reunião, sendo a Renata, a Karla e a Angélica. Em seguida, propôs o acréscimo de assuntos à pauta do dia, e, não havendo, foi aprovada na íntegra. Apresentou a proposta de encaminhamento da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e após ampla discussão, o Colegiado deliberou por fazer a leitura da ata quando se tratar de uma somente. Neste caso, por se tratar de três atas, a da Plenária do dia 08 de Agosto, a da Posse e a da 1ª Reunião Ordinária, ambas do dia 18 de Setembro de 2013, o Colegiado deliberou por serem sempre encaminhadas por E-mail, com data de retorno, para a correção ou acréscimo de assuntos que porventura tenham faltado, e neste caso definiu-se o retorno até o dia 14 de outubro, para aprovação no dia 15 de Outubro, próxima reunião ordinária. Mariangela propôs a inversão da pauta, iniciando pelos assuntos, por serem muitos e, havendo tempo disponível, serão repassados os informes, o que foi aprovado por todos. Sugeriu ao Colegiado definir a forma de registro das atas do Conselho e, à exemplo do COMUTI, juntar as atas de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias, com as respectivas listagens de presença e, ao final do exercício, encadernar com espiral, o que também foi aceito por todos. Como próximo assunto, informou sobre o pedido antecipado de inclusão pela ADEFI do assunto: Credencial para o acesso das PCDs nos eventos em Próprios Públicos, cujas leis são as de nº 5930 e 6127, e, após ampla discussão e constatação de que é um

40 assunto polêmico e urgente, mas que precisa ser definido, pois algumas entidades
41 suspenderam estes atendimentos, outras estão fazendo com numeração e outros
42 elementos diferentes do que havia sido acordado anteriormente, o Colegiado
43 deliberou por constituir uma Comissão para definir sobre a padronização dos
44 procedimentos para a emissão da Credencial por parte das Entidades, Comissão esta
45 que ficou assim constituída: Simone, Sandra, Cassia, Vera, Isabel e Fernando e a data
46 da reunião da Comissão agendada para o dia 07/10 às 10 horas, aqui na SEDAS. A
47 Secretaria Executiva enviará email lembrando o encontro da Comissão. O Senhor José
48 Carlos lembrou que o Vereador Cordeiro fará estudo, junto com o CMPCD, para propor
49 alteração na Lei das Credenciais, por entender que será necessário estabelecer um
50 percentual mínimo de reserva de vagas para cada Próprio Público, a exemplo do que
51 existe na lei 5930, com a reserva de 10% para o Teatro Municipal. Mariangela se
52 comprometeu a encaminhar uma cópia das leis 5930 e 6127 para todos os
53 Conselheiros. Outro assunto da pauta foi o relativo ao Projeto de Lei nº 204, que
54 dispõe sobre vagas para PCD's no Serviço Público de Transporte Individual – Taxi, que
55 altera a Lei 5951 de 2003, de autoria do Vereador Otávio Pinheiro. Os Conselheiros,
56 por entenderem que a Lei limita a reserva de vagas somente às Pessoas Com
57 Deficiência Física, deliberaram pela necessidade de entender e discutir melhor esta
58 proposta, e, por sugestão da Mariângela, a mesma Comissão da Credencial ficará
59 responsável por realizar o estudo e propor a alteração na redação do Projeto de Lei.
60 Em função destas deliberações, o Sr José Carlos se prontificou entrar em contato com
61 o referido Vereador, solicitando o adiamento da votação do assunto, considerando
62 que estava previsto na pauta da Sessão da Câmara desta mesma tarde. Mariângela
63 ficou de reforçar este pedido, enviando um E-mail ao mesmo. O próximo assunto da
64 pauta foi o de Transporte através de Van Adaptada. Amplo debate ocorreu envolvendo
65 este assunto, pois inúmeras PCDs não têm conseguido atendimento, seja através das
66 Vans ou mesmo dos ônibus com elevador. O Colegiado, para entender melhor o
67 funcionamento deste serviço, sugere obter uma cópia do contrato da Prefeitura com a
68 Empresa São José, que será providenciado pela Conselheira Jocely, bem como a busca
69 da Portaria da CORDE, que será providenciada pela Mariângela. Questões como: o
70 número real de vans circulando e de reserva; número real de ônibus adaptados com
71 elevador funcionando (pois têm alguns com elevador quebrado), número limitado de
72 uma vaga para cadeirante por ônibus e de 4 vagas para cadeirantes em cada van
73 adaptada, foram identificadas e para que sejam esclarecidas, o colegiado sugeriu
74 convidarmos o Sr. Luciano da EMDEF, para, juntos, estabelecermos critérios de
75 prioridades neste serviço, como por exemplo, para cadeirantes, os com menor
76 mobilidade possível. Dando sequência à pauta, o assunto sobre o Fluxograma de
77 Atendimento Fisioterápico, a Conselheira Viviane, da APAE, informou que lá são
78 atendidos bebês no pronto atendimento. Para a faixa etária de 4, 5 e 6 anos, são
79 atendidos no ambulatório da APAE. Para casos de tratamento exclusivo com a
80 Fonoaudióloga não existe vaga. As vagas na verdade, só surgem por ocasião de

81 mudança da família para outro município ou óbito do paciente. Karina informa que a
82 Prefeitura compra este serviço do Hospital do Coração, que atende à todos, menos os
83 com déficit cognitivo, que são encaminhados à APAE e Caminhar. Atendimento no
84 domicílio só existe para os casos de pessoas com traqueostomia. O CCI da Prefeitura
85 atende somente os Idosos. Como encaminhamento, o colegiado deliberou por cada
86 Conselheiro trazer as demandas para que o CMPCD possa repassá-las para a Secretaria
87 de Saúde e outros órgãos. Daniela Honório lembra a todos os presentes sobre 2014 ser
88 ano eleitoral, portanto o CMPCD deve se apropriar de elementos para o
89 encaminhamento de suas demandas. Outro assunto que surgiu, embora não estivesse
90 na pauta, trazido pela Conselheira Alessandra, relativo à Educação Inclusiva na Rede
91 Pública. Têm crianças que fazem uso de fraldas, sondas e outros. Atualmente existem
92 79 crianças com necessidades do Cuidador. Existem somente 42 cuidadores na rede,
93 sendo 26 monitores concursados e 16 Estagiários de Pedagogia, encaminhados via CIEE.
94 No novo concurso foi prevista a contratação de mais monitores, porém tradutor não. A
95 legislação prevê tradutores para as Escolas, mas que sejam formados em libras, porém
96 não está regulamentado. Casos de denúncias, vindos da Defensoria Pública, a
97 Secretaria de Educação atende. Em muitas Escolas, o que ocorre é a boa vontade dos
98 funcionários. Infelizmente, o atendimento ocorre, na maioria das vezes, via denúncia e
99 não como Política Pública. Diante da importância e complexidade do assunto e da
100 necessidade de encaminhamentos, Mariângela sugeriu incluir este assunto na pauta da
101 próxima reunião para, com mais tempo, o Colegiado poder avaliar e encaminhar
102 melhor. Dando sequência à pauta, o assunto relativo à elaboração da proposta de
103 alteração da Lei de Criação do Conselho, Mariângela informou que tem sido cobrada
104 pelo vereador Adermis, que preocupado com a nomenclatura errada do CMPCD, já
105 quer propor essa alteração. Por consenso, foi deliberado pelo pedido de adiantamento
106 ao vereador Adermis, pois existem outras alterações além da nomenclatura e para isso,
107 o CMPCD deverá se organizar em uma Comissão para elaborar essa proposta.
108 Mariângela se propôs a elaborar uma proposta de organização do Colegiado em
109 Comissões ou Grupos de Trabalho e trazer na próxima reunião. Outro assunto surgiu,
110 não incluso inicialmente na pauta, mas também de suma importância, que foi o
111 relativo aos recursos alocados no Fundo Municipal, fruto de multas dos bares com o
112 uso das calçadas públicas. A última informação é de que havia R\$ 300 000,00. A
113 Conselheira Joceli se prontificou a verificar, junto ao Setor de Finanças, o saldo atual,
114 de como movimentar o recurso, a necessidade de regulamentação, para que
115 posteriormente, uma Comissão a ser formada, possa iniciar a movimentação destes
116 recursos do Fundo. Mariângela propôs por uma questão de ordem, apenas informar
117 sobre os demais assuntos, dado o adiantamento da hora, o que foi aprovado. Quanto
118 ao fluxo de denúncias, informou como ficou estabelecido para os casos da Pessoa
119 Idosa e que seguirá o mesmo procedimento para Pessoas Com Deficiência, ou seja, de
120 que todas as denúncias recebidas através da disque 100, do CREAS, por telefone ou
121 pessoalmente, serão direcionadas ao Gestor da Assistência Social, que por sua vez,

122 fará o encaminhamento ao Órgão competente. A Conselheira Roberta informa que a
123 SEDAS tem uma Assistente Social, senhora Roseli, que recebe, levanta a situação e
124 encaminha. Mariângela pergunta se são muitos os casos de denúncias recebidas pelas
125 Entidades e, segundo os presentes, elas não são muito frequentes. Para finalizar
126 Mariângela informou que enviou, via E-mail, à todos os Conselheiros, cópia da
127 proposta do Estatuto da PCD, onde todos os Conselheiros poderão encaminhar
128 sugestões e propostas para a redação final do documento, apenas atentando para o
129 prazo que é até hoje, e que por isso, foi encaminhado com antecedência. O único
130 assunto da pauta, não discutido, foi o relativo à Eleição da Diretoria Executiva do
131 Conselho, por já ter sido deliberado anteriormente de que este processo só irá ocorrer
132 após um tempo de convivência entre os Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a
133 reunião foi encerrada e a ata, por mim Mariângela Finotti Ribeiro Mendes, lavrada e
134 segue assinada por mim e demais presentes. Franca, 01 de Outubro de 2013.